



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 320 - Fevereiro / 2006

IMPRESSO ESPECIAL

CONT. Nº 050200119-4/2002

ECT/DR/RJ

AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

PETROS EM DEBATE

Fernando Siqueira desmascara tática do medo para impor Plano CD

O Sindipetro-RJ realizou, no último dia 17 de janeiro, um debate sobre o Plano Petros com os conselheiros eleitos Fernando Siqueira e Paulo César Chamadoiro Martin. Fernando Siqueira demonstrou que o atual plano de benefícios é o melhor para os petroleiros, para a Petrobrás e para a Petros, porque se mantém o pacto de solidariedade entre a patrocinadora e os participantes. “O que está se tentando fazer é jogar o patrimônio da Petros para as seguradoras, principalmente norte-americanas. A Petrobrás montou um grupo de trabalho para estudar um Plano Petros 2 (execrado pela STEA), empresa do professor Rio Nogueira, mas o próprio Conselho de Administração da empresa não aceitou um plano misto. Isto significa que a intenção é implantar um plano de Contribuição Definida, um “PPV-2”, pelo qual o participante sabe quanto pagará, mas não sabe quanto irá receber na aposentadoria”, disse Siqueira, que foi muito ovacionado.

Em defesa do Plano Petros, também, se pronunciou o representante dos novos empregados da Petrobrás, Antony Devalle. Segundo ele, os concursados foram pegos de surpre-

sa com o fechamento do Plano Petros, porque o edital do concurso indicava que eles teriam um plano de benefícios. “Hoje temos apenas um seguro, enquanto o problema não é resolvido. Não temos dúvida de que o Plano Petros é o melhor porque é solidário e forte”, disse Antony, defendendo o plano BD (Benefício Definido) para todos.

Como foi o encontro

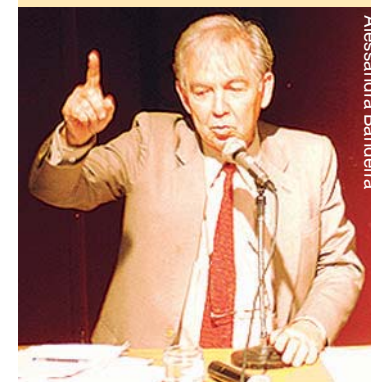
Iniciando o debate, o conselheiro Paulo César apresentou um conjunto de dados como sendo os problemas do Plano Petros. Na verdade, são as mesmas informações que a Federação Única dos Petroleiros (FUP) apresentou numa cartilha e que nada mais são do que os débitos e responsabilidades não cumpridas pela Petrobrás com a Petros. Paulo Cesar acrescentou alguns dados de leis e decretos criados e revogados. No fundo, usou a máxima de Winston Churchill: “Se você não puder explicar um assunto, confunda”. O conjunto de dados deixou os participantes mais confusos do que esclarecidos e muitos chegaram a xingar Paulo César como agente do governo e não representante da categoria.

Em seguida, Fernando Siqueira apresentou um estudo feito pela direção da Petros, a pedido do Conselho Fiscal, que mostrou: **1)** Se o déficit de R\$ 5,2 bilhões fosse verdadeiro, o Plano Petros teria problemas em 2027, quando apareceria um déficit de R\$ 2 bilhões. Em 2031, ele teria recuperação e voltaria a ter

déficits menores. **2)** Se não existir o déficit, como demonstrou em seguida, o Plano Petros não terá problemas até, pelo menos, 2085.

A partir daí, Siqueira passou a demonstrar com fatos e dados que o déficit é uma mera manipulação de premissas. Mostrou, por exemplo, o estudo do Conselho Fiscal, no qual demonstra que se a Petros receber todos os créditos com a Petrobrás e com bancos, passa a ter superávit de cerca de R\$ 600 milhões. Siqueira apresentou ainda um estudo do professor Rio Nogueira (criador do Plano Petros) no qual é explicado que: se a Petros considerar o lucro que vem tendo com os altos juros reais (acima de 11% ao ano), nos últimos 3 anos, o superávit é de cerca de R\$ 1,7 bilhão.

Continua na página 8



COMO FOI A POSSE DA AEPET

Págs. 3, 4, 5 e 6

A LOCALIZAÇÃO DA REFINARIA NO ESTADO DO RIO. ITAGUAÍ OU NORTE FLUMINENSE?

pág. 7

JUSTIÇA PEDE ANULAÇÃO DO LEILÃO DA VALE

Pág. 2



A imprensa noticiou que a petrolífera espanhola Repsol pagará US\$ 82 milhões no próximo dia 1º de maio em virtude da troca de ativos com a Petrobrás. A AEPET mantém sua posição contrária à troca de ativos porque o negócio gerou grandes perdas para a estatal brasileira. Ela envolvia US\$ 1 bilhão, sendo que a Petrobrás entraria com US\$ 500 milhões e a Repsol com o mesmo valor. A companhia brasileira destinou 10% do campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos, entre outros ativos, cujo patrimônio total envolve mais US\$ 2 bilhões. A Repsol entrou com a refinaria velha de Baía Blanca e alguns postos de gasolina na Argentina. Além disso, os US\$ 500 milhões da Repsol perderam US\$ 330 milhões com a crise argentina. Ou seja, o pagamento de US\$ 82 milhões não repõe nem esse prejuízo da Petrobrás. A AEPET, como sócia minoritária, voltará a cobrar uma explicação da direção da empresa. Há desconfiança também do relacionamento da direção da Petrobrás com a Repsol. Apesar de ter condições de operar sozinha o Campo de Mexilhão, na Bacia de Santos, com grandes reservas de gás, a empresa está pensando em fazer uma parceria com a petrolífera espanhola. O "Relatório Reservado" anunciou "parceria" com a Repsol em outras 5 refinarias. O setor petróleo não pode ser tratado desta maneira. E só pensar em números. Se o consumo brasileiro atingir os 3 milhões de barris/dia e exportando 1 milhão de barris/dia, como prevê o Planejamento Estratégico da Petrobrás, nossas reservas de 20 bilhões só durariam 13 anos, quando o preço do barril está previsto para US\$ 100. O Brasil precisa controlar as suas reservas e não exportar.

A LUTA CONTINUA!

Expediente

AEPET

Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134

Presidente: Heitor Manoel Pereira
Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C. Coutinho
Administrativo: Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes
Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma
Cultural: Sívio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo
Jurídico: Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamílcar Beviláqua Neto, Rubín Diehl Filho, Gilbert Prates
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macacá:** José B. M. Leite Netto / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto - **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães
S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho

Redação

Jornalista Responsável: José Vilhena (MTb nº 15.562)

Reportagem: José C. Moutinho

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

Arte: Thereza Costa e Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira/Thereza Costa

Impressão: Gráfica da Tribuna da Imprensa

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Tiragem: 25 mil exemplares

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte,
desde que citada a fonte

AÇÃO DOS 5%

A situação da ação impetrada pela AEPET, AMBEP e FENASPE reivindicando o aumento correspondente ao nível dado ao pessoal da ativa no ACT-2004-2005, para o pessoal aposentado e pensionistas, é a seguinte:

- O Dr. Paulo Henrique, advogado das três entidades, ingressou com um pedido de liminar no Agravo de Instrumento (2ª instância) contra a decisão do Juiz (1ª Instância) que decidiu que o assunto não é da competência da Justiça Federal.
- O pedido de liminar do agravo encontra-se com o Desembargador-Relator aproximadamente há dois meses para decidir se o caso é da esfera federal
- Caso o Tribunal (2ª instância) se pronuncie favoravelmente ao nosso pedido, o processo retorna para o Juiz federal pronunciar-se sobre o nosso pedido, iniciando propriamente a ação.

COMPRA DE MEDICAMENTOS COM DESCONTO

Os sócios estão aderindo ao plano de compra de medicamentos com desconto. Este plano é nacional, portanto o cartão vale em qualquer estado do Brasil. Para conferir a lista de farmácias em seu estado ou bairro, bem como a lista de medicamentos com desconto, acesse a página na Internet www.canadaassist.com.br e procure na aba Farmácias.

Para participar basta preencher o formulário próprio indicando a opção escolhida e enviá-lo à AEPET

UTI EM DOMICÍLIO

Estamos estudando uma proposta para implantar o sistema de UTI EM DOMICÍLIO. Trata-se de um sistema de atendimento de urgências e emergências através de ambulância com médico, enfermeira e socorrista com todo o equipamento e medicamento necessários para fazer face a essas ocorrências no domicílio do paciente. Se for necessário também se fará a remoção para um hospital. Este programa será lançado em breve para os sócios e seus dependentes. O custo é baixíssimo.

VIAGENS E PASSEIOS COM DESCONTO

A Programação de Janeiro/2006 já foi publicada no AEPET Direto. Quem desejar obter maiores detalhes pode telefonar para o nosso agente Antonio Mauro Lobo (2552-9169 / 9971-2372/ 2553-4370) que lhes será enviada gratuitamente toda a programação mensal.

A VALE TAMBÉM É NOSSA

A deputada Dra. Clair disse que a decisão do Tribunal Regional Federal de Brasília de pedir a anulação do leilão que resultou na privatização da Vale do Rio Doce abre espaço para discutir judicialmente a reavaliação do patrimônio da empresa – avaliada na época em R\$ 10 bilhões, mas vendida por R\$ 3,3 bilhões (valor correspondente a 45% das ações ordinárias com direito a voto). O critério de avaliação da empresa na época restringiu-se ao valor das ações no mercado, sem observar o valor patrimonial do complexo empresarial e de todos os direitos de lavra de minérios, correspondentes a cerca de 240 mil quilômetros quadrados. Segundo Dra. Clair, a Vale não era um simples empresa estatal, mas um complexo empresarial altamente lucrativo, independente do Tesouro Nacional, envolvendo dezenas de empresas, incluindo duas das três ferrovias mais lucrativas do planeta, além de terminais portuários. É a maior pro-

duzora de minério de ferro do planeta e a maior produtora de bauxita da América Latina, além de terceira maior mineradora do mundo em diversidade de produtos. Detém direitos sobre imensas reservas de ferro, ouro, cobre, bauxita, níquel, estanho, manganês, zinco, nióbio, titânio, prata e outros minerais.

A parlamentar, que foi uma das autoras da ação popular, lembrou que, recentemente, o diretor financeiro da Vale do Rio Doce estimou o seu valor em US\$ 40 bilhões, ou cerca de R\$ 100 bilhões. Além disso, acrescentou, o lucro da empresa em 2004 atingiu R\$ 6,4 bilhões e o lucro estimado para 2005 é de R\$ 12,5 bilhões, ou seja, quase quatro vezes o valor pelo qual a empresa foi vendida. "Apesar de termos privatizado 70% das nossas empresas estatais, de termos vendidos o patrimônio público arrecadando cerca de R\$ 60 bilhões, a dívida pública interna cresceu de R\$ 108 bilhões para R\$ 654 bilhões entre 1995 e 2004, durante o governo Fernando

Henrique Cardoso.", questionou a deputada, que pretende fazer uma mobilização nacional pela Vale do Rio Doce.

Dra. Clair lembrou que estudos independentes, realizados na época, chegaram a avaliar a empresa em valores que superam R\$ 1 trilhão. Ela lembrou, ainda, que técnicos da Coppe/UFRJ descobriram a existência de documento datado de maio de 1995 em que a própria DVRD informa à Securities and Exchange Commission (SEC), entidade que fiscaliza o mercado acionário dos EUA, que as suas reservas lavráveis medidas e indicadas no Sistema Sul eram da ordem de 7.918 bilhões de toneladas, número que, se comparado ao total divulgado no edital da venda da empresa (1,4 bilhão de toneladas), revela uma diferença para baixo de 6.518 bilhões de toneladas.

Segundo Dra. Clair, cabe à sociedade a tarefa de lutar pela manutenção da decisão judicial para anular todo o processo viciado da privatização da Vale.



Posse na AEPET

HEITOR PEREIRA PEDE FIM DOS LEILÕES E DA EXPORTAÇÃO DO PETRÓLEO BRASILEIRO

Em posse realizada no último dia 30 de janeiro da nova diretoria da AEPET, para o triênio 2006-2008, a maioria dos oradores pediu o fim dos leilões do nosso petróleo, mudanças na Lei 9478/97 e um projeto de nação que contemple o desenvolvimento brasileiro. “Mesmo diante desse quadro de instabilidade em relação ao preço do barril do petróleo, o Brasil continua leiloando nossas áreas potenciais de se encontrar petróleo, nas quais a Petrobrás investiu grandes recursos em pesquisa. No Sétimo Leilão, só para citar um exemplo, chegamos ao absurdo de assistir a Petrobrás ser derrotada nas bacias de São Francisco e Solimões, no Amazonas, para uma empresa pertencente a um empresário dono de cassinos e de caça-níqueis da Argentina”, disse o presidente da AEPET, Heitor Pereira, que foi elogiado por ter se mantido coerente durante sua vida e manter-se con-



Alessandra Bandeira

fiantes de que o Brasil será um dia soberano.

Segundo ele, o quadro desastroso no setor energético brasileiro revela falta de visão estratégica, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, e que ainda persiste no governo Lula. “Erro estratégico sobretudo pelo fato de que vivemos

num mundo, hoje, em crise por conta do petróleo. E isso não está sendo passado pela mídia em geral, seja nacional ou estrangeira, para a sociedade brasileira e para o mundo por uma imposição do país hegemônico, os Estados Unidos”, acrescentou. O presidente da AEPET lembrou a declaração de Colin

Campbell, especialista independente no setor petrolífero, que, numa entrevista à revista “Veja” no ano passado, afirmou que “se fosse o governo brasileiro, estudaria a possibilidade de estocar a maior parte da produção nacional em vez de exportar o excedente”. (leia discurso nas páginas 4 e 5)

A cerimônia de posse foi precedida pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da AEPET, presidida por Alcyr dos Prazeres Nordi e secretariada por Francisco Isnard Barrocas. A AGE aprovou o resultado eleitoral da AEPET, que elegeu a chapa única “Soberania e Participação” por 667 votos a favor, tendo 39 votos brancos e 4 nulos. A AGE aprovou, ainda, e por unanimidade as balanço financeiro da entidade, depois do pronunciamento do conselheiro fiscal da AEPET, Gilbert Prates, que sublinhou a importância de ser implementada uma campanha pela entidade de ingresso de novos sócios.

OBJETIVOS DA AEPET

- * Defesa intransigente da soberania plena do Brasil. Com esse objetivo, promover todos os esforços em informar a sociedade brasileira das conseqüências negativas para as futuras gerações da continuidade da entrega do nosso petróleo e da Amazônia, pois os meios de comunicação estão omitindo tais fatos, fazendo silêncio sobre os leilões da ANP;
- * Agir de forma criativa no sentido de mobilizar a sociedade brasileira para que seja alterada a Lei 9478/97, sobretudo dos fatídicos artigos 26, 29 e 60, pois são anticonstitucionais e atentam contra a soberania brasileira no setor petrolífero. Os ilustres ministros do STF, Carlos Ayres Britto e Marco Aurélio de Mello, votaram a favor da mudança da Lei 9478/97, sustentando a sua inconstitucionalidade;
- * Exigir a suspensão imediata da exportação do nosso petróleo, seguindo o exemplo dos EUA, que estão protegendo suas reservas para o futuro, enquanto exploram as reservas de outros países;
- * Promover ações no sentido de mudar a política de Recursos Humanos da Petrobrás, que está permitindo uma dicotomia perigosa ao futuro da companhia. Ou seja, há na Petrobrás 42 mil funcionários efetivos contra 145 mil terceirizados. A AEPET deve lutar contra essa situação da seguinte maneira: propor à Petrobrás que faça concursos para preencher 10 mil vagas por ano, o que permitirá a gradual substituição dos terceirizados, sobretudo em cargos especializados, ficando apenas os terceirizados para os setores de serviços gerais, como por exemplo, limpeza, hotelaria, inspeção e segurança.

Continua nas páginas 4, 5 e 6

PERSONALIDADES PRESENTES NO EVENTO

Prestigiaram a posse da nova diretoria, o secretário de Estado de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Viter, representando a governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus; o diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Ildo Sauer, que fez uma saudação à AEPET em seu nome e em nome da Petrobrás; o diretor da Petros Sérgio Lyra, o dep. federal Chico Alencar (PSOL-RJ); o presidente do Clube de Engenharia, Raimundo de Oliveira; os conselheiros do Clube Militar, General Andrade Nery e o Coronel Gilberto, que representou o General Gonzaga Lessa; a presidente do Modecon, Maria Augusta Tibiriçá Miranda; o presidente da ADNAM, Brigadeiro Rui Moreira Lima; o economista João Paulo de Almeida Magalhães, representando o CORECON-RJ; o presidente da AMBEP, Yvan Barreto; o presidente da FENASPE, Ailton Teles; o presidente da Termo-Bahia, Jair Gomes; o presidente da FEBRAE, Ramalho Ortigão; além Maurício Gomes, representante da CGT-RJ. Compareceram, ainda, integrantes de núcleos da AEPET, lideranças do Sindipetro-RJ, como Emanuel Cancellari; lideranças de petroleiros de outros estados, servidores públicos, servidores do BNDES, da Fundação José Martí, do CeCAC, de diversos partidos políticos, entre outros.

Enviaram mensagens de saudação, os governadores do Acre, Jorge Viana; da Bahia, Paulo Souto; do Ceará, Lucio Gonçalves de Alcântara; de Goiás, Marcondes Perillo; do Paraná, Roberto Requião; do Piauí, Wellington Dias; do Rio Grande do Norte, Wilma Faria; do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto; de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; do Sergipe, João Alves Filho; e do Tocantins, Marcelo de Carvalho Miranda. Enviaram mensagens, também, o senador José Sarney; a dep. federal Jandira Fechali (PC do B-RJ); o presidente do PDT, Carlos Lupi; a presidente do PCB, a professora Zuleide Faria; prefeitos, vereadores, entre outras personalidades.

ASSISTA:

O BRASIL QUE ESCONDEM DE VOCÊ
PODE SER VISTO NO

DEBATE BRASIL

com o jornalista
JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO

RJ/canal 6 (net)
Dom/Seg às 21 h
Qua/Qui/Sáb às 24 h

O programa Debate Brasil
é transmitido por 55 TV's
comunitárias em todo
o Brasil.

Acesse nosso sítio para
conferir a programação
de sua cidade:

www.aepet.org.br

...

OUÇA DIARIAMENTE

PROGRAMA FAIXA LIVRE
A verdade dos fatos
sem o controle da grande mídia.
2ª a 6ª às 9 h
Rádio Bandeirantes - 1360 KHz AM

...

LIVROS À VENDA

TÍTULO	VALOR
Petrobrás Um Clarão na História <i>Bautista Vidal</i>	10,00
Bolivar, Caxias e Martí <i>Prof. Fernando C. de Sá e Benevides</i>	15,00
Estudos Brasileiros nº 1 <i>Prof. Fernando C. de Sá e Benevides</i>	10,00
Agrande Partida: anos de chumbo <i>Francisco Soriano</i>	25,00
As Dez Mentiras Capitais <i>Brig. Ércio Braga</i>	10,00
Revista: História & Luta de Classes <i>ADIA</i>	15,00
A Nova Inconfidência <i>Celso Brant</i>	5,00



DISCURSO DE POSSE - TRIÊNIO 2006-2008 CLUBE DE ENGENHARIA - EM 30/01/2006

“Não foram resolvidas questões fundamentais que apresentamos no início de 2004, e que têm a ver com a restauração da soberania plena do Brasil, como, por exemplo, a questão do petróleo, e o que é pior: nossas áreas de reservas provadas e as potenciais de se encontrar petróleo continuam sendo leiloados pela ANP”.

“O consumo dos EUA não para de crescer. Assim como o da China e da Índia. E renomados especialistas do setor petróleo, como o irlandês Colin Campbell, prevêem que a produção mundial de petróleo atingirá o pico por volta de 2008 e, embora dure mais cerca de 40 anos, não atenderá a demanda mundial”.

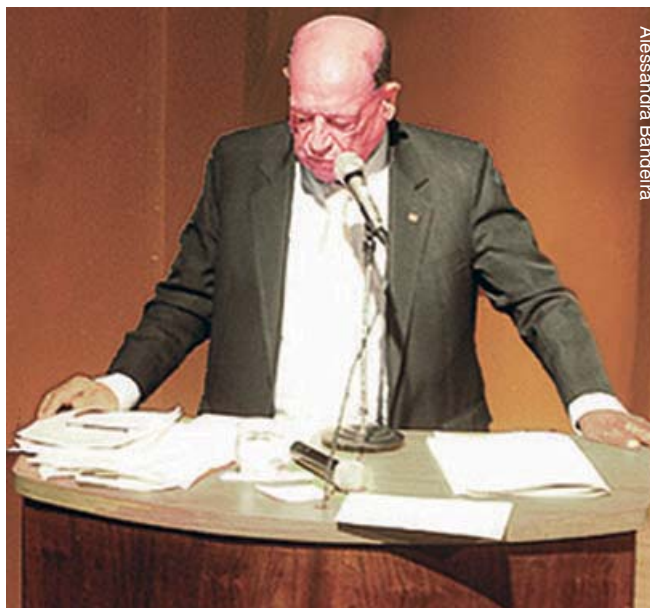
“A história do petróleo está marcada por avanços e recuos; estes últimos devidos à posição subserviente da nossa elite dirigente”

No discurso de posse da nossa diretoria para o biênio 2004-2005, lembramos a vitoriosa tese do Marechal Horta Barbosa, defensor intransigente do monopólio estatal do petróleo, como baluarte da nossa soberania nacional. Horta Barbosa, por conta disso, entrou em confronto com a oligarquia daquela época, que majoritariamente servia aos interesses estrangeiros, em detrimento dos interesses nacionais. Hoje, e sempre que for necessário, e até que consigamos formar uma nova elite, que eu chamo de contra-elite, que tenha como propósito a luta pela soberania plena do Brasil, continuaremos lembrando de Horta Barbosa, de Barbosa Lima Sobrinho e de outros grandes brasileiros que lutaram pela nossa independência, que repousa na posse e domínio de caráter estratégico, e a Petrobrás tem nisso papel fundamental para sermos de fato país soberano.

A história do petróleo está marcada por avanços e recuos; estes últimos devidos à posição subserviente da nossa elite dirigente.

Hoje mesmo, a poucos meses de terminar

**Heitor Manoel Pereira,
presidente da AEPET**



o Governo Lula, vemos que não foi resolvida a maioria das questões fundamentais para garantir que o Brasil caminhe na direção de sua condição de país mais viável do planeta, deixando de ser econômica, política e culturalmente um país vassalo. As nossas elites só tomam decisões baseadas na cartilha estrangeira, sobretudo a anglo-saxônica, do chamado “Consenso de Washington”.

Essa condição servil trouxe como resultado a situação que estamos vivendo hoje. Ou seja, não foram resolvidas questões fundamentais que apresentamos no início de 2004, e que têm a ver com a restauração da soberania plena do Brasil, como, por exemplo,

a questão do petróleo, e o que é pior: nossas áreas de reservas provadas e as potenciais de se encontrar petróleo continuam sendo leiloados pela ANP, permitindo a transferência para empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas, de consideráveis áreas do território nacional, que superam o tamanho de muitos países.

A fatídica Lei 9478/97 em seus artigos 26, 29 e 60, respectivamente, dá a posse do petróleo extraído do subsolo nacional às empresas concessionárias; permite a transferência do contrato de concessão de uma empresa para outra, facilitando assim a participação de empresas “laranjas” a serviço das multinacionais nas licitações; e permi-

te a exportação do nosso petróleo, o que já vem sendo feito pela Shell, exportando cerca de 60 mil barris por dia, do campo Bijupirá-Salema. A própria Petrobrás está exportando petróleo sem que o país tenha reservas para tal.

Esse quadro desastroso revela erro estratégico grosseiro, praticado desde o Governo FHC, que é continuado pelo Governo Lula. Erro estratégico sobretudo pelo fato de que vivemos num mundo caminhando para a maior crise de escassez de petróleo, a qual vem forçando a alta contínua de preço por unidade/barril. O mundo está na iminência do terceiro e definitivo choque do petróleo, em que a produção mundial vai passar pelo pico e a demanda, sempre crescente, vai superá-la definitivamente. A AEPET vem alertando sobre isto desde o 1º Fórum Social Mundial, iniciado no ano 2000. Na época, o barril de petróleo custava US\$ 15 e alertávamos que poderia atingir US\$ 100 em 2010. Infelizmente já atingiu US\$ 70. E isso não está sendo passado pela mídia em ge-

ral, seja nacional ou estrangeira, para a sociedade brasileira e para o mundo por imposição do país hegemônico, os EUA, que estão numa situação energética preocupante.

O preço do barril de petróleo atualmente está acima de US\$ 60, e os fatos indicam que não irá baixar.

Por outro lado, o consumo dos EUA não pára de crescer. Assim como o da China e da Índia. E renomados especialistas do setor petróleo, como o irlandês Colin Campbell, prevêem que a produção mundial de petróleo atingirá o pico por volta de 2008 e, embora dure mais cerca de 40 anos, não atenderá a demanda mundial. Isto elevará os preços e intensificará os conflitos. Não é difícil percebermos que os especialistas sérios estão com razão em suas análises, pois nos últimos anos não vimos nenhuma grande descoberta de reserva de petróleo no mundo. E não há perspectivas disso.

O Brasil tem uma saída honrosa dessa crise. Como país tropical, ele tem o binômio fundamental para o problema energético. Com a maior incidência solar do planeta e a maior reserva de água doce, ele tem na energia renovável, limpa

(eólica, solar, hidrelétrica e biomassa), o caminho para suprir a falta do petróleo.

Mas para isto, precisa investir maciçamente e economizar petróleo para dar tempo. A energia alternativa demanda 25 anos de investimentos para substituir, em parte, o petróleo como combustível.

Mesmo diante desse quadro de instabilidade, o Brasil continua leilando nossas áreas promissoras de existência de petróleo, nas quais a Petrobrás investiu grandes recursos em pesquisa. No Sétimo Leilão, só para citar um exemplo, chegamos ao absurdo de assistir a Petrobrás ser derrotada nas bacias de São Francisco e do Solimões, no Amazonas, para uma empresa pertencente a um empresário dono de cassinos e de caça-níqueis da Argentina. Estamos vendo a devolução em massa de áreas adquiridas por aventureiros e especuladores na 7ª licitação, por não terem condições de explorar, fruto da irresponsável a ANP.

O Brasil, todos nós sabemos, não é nenhuma Arábia Saudita, por isso toda reserva de petróleo de que dispõe, bem como as áreas potenciais pesquisadas pela Petrobrás, são de fundamental importância para assegurar o

seu futuro como Nação soberana, com o que todos nós reunidos aqui no Clube de Engenharia e muitos outros brasileiros patriotas estamos preocupados.

Contra esse crime contra o Brasil, sugiro o seguinte procedimento de luta:

- Defesa intransigente da soberania plena do Brasil. Com esse objetivo, promover todos os esforços em informar a sociedade brasileira das consequências negativas para as futuras gerações da continuidade da entrega do nosso petróleo e da Amazônia, pois os meios de comunicação estão omitindo tais fatos, fazendo silêncio sobre os leilões da ANP;
- Agir de forma criativa no sentido de mobilizar a sociedade brasileira para que seja alterada a Lei 9478/97, sobretudo dos fatídicos artigos 26, 29 e 60, pois são anti-constitucionais e atentam contra a soberania brasileira no setor petróleo. Os ilustres ministros do STF, Carlos Ayres Britto e Marco Aurélio de Mello, votaram a favor da mudança da Lei 9478/97, sustentando a sua inconstitucionalidade;
- Exigir a suspensão imediata da exportação do nosso petróleo, se-

guindo o exemplo dos EUA, que estão protegendo suas reservas para o futuro, enquanto exploram as reservas de outros países;

Promover ações no sentido de mudar a política de Recursos Humanos da Petrobrás, que está permitindo uma dicotomia perigosa ao futuro da Companhia. Ou seja, há na Petrobrás 42 mil funcionários efetivos contra 145 mil terceirizados. Devemos lutar contra essa situação da seguinte maneira: propor à Petrobrás que faça concursos para preencher 10 mil vagas por ano, o que permitirá a gradual substituição dos terceirizados, sobretudo em cargos especializados, ficando apenas os terceirizados para os setores de serviços gerais, como por exemplo, limpeza, hotelaria, inspeção e segurança.

Para finalizar quero lembrar a declaração do renomado especialista Colin Campbell, numa entrevista à revista "Veja", ano passado. Ele afirmou:

"Se eu fosse o governo brasileiro, estudaria a possibilidade de estocar a maior parte da produção nacional em vez de exportar o excedente".

Vamos a luta!

“O Brasil tem uma saída honrosa dessa crise. Como país tropical, ele tem o binômio fundamental para o problema energético. Com a maior incidência solar do planeta e a maior reserva de água doce, ele tem na energia renovável, limpa (eólica, solar, hidrelétrica e biomassa), o caminho para suprir a falta do petróleo”.

“O Brasil, todos nós sabemos, não é nenhuma Arábia Saudita, por isso toda reserva de petróleo de que dispõe, bem como as áreas potenciais pesquisadas pela Petrobrás, são de fundamental importância para assegurar o seu futuro como Nação soberana”

“A poucos meses de terminar o Governo Lula, vemos que não foi resolvida a maioria das questões fundamentais para garantir que o Brasil caminhe na direção de sua condição de país mais viável do planeta”

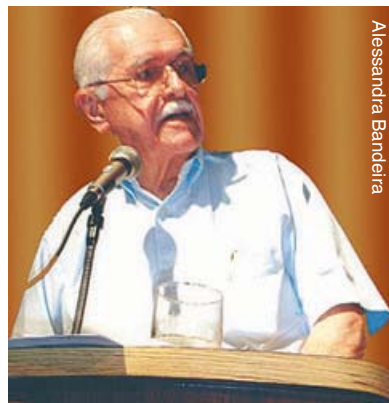


DECLARAÇÕES DE APOIO



PLEBISCITO JÁ!

Diversas entidades da sociedade brasileira estão ingressando na campanha contra a entrega via leilão do nosso petróleo.



Alessandra Bandeira

“A AMBEP reconhece a AEPET como um centro de lutas. Aproveitamos a oportunidade para conclamar pela unidade da classe, pois a pressão é muito grande para forçar a quebra de nossa aliança”.

Yvan Barreto, presidente da AMBEP

“Quando se fala em retomada dos investimentos no setor petroquímico, há que se lembrar que a AEPET se colocou de maneira muito clara contra a saída integral da Petrobrás do setor petroquímico. (...) A AEPET também sempre se colocou muito claramente contra a privatização do patrimônio público”. Victer ressaltou a importância da AEPET para a sua formação profissional e política.

Wagner Victer, secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo

“Lá no Parlamento a ética e o decoro, quando faltam, estão de mãos cruzadas com o entreguismo, com a negociata e com os baixos interesses.

“A solidariedade internacional não existe sem afirmação nacional. A nossa Petrobrás tem agora um desafio inédito, fruto da luta dos povos latino-americanos, na Bolívia. (...) Esse é o desafio que nós temos que enfrentar: soberania e participação. A nossa tão urgente soberania não pode virar imperialismo, tem que virar solidariedade”. Chico conclamou, também, a todas as entidades para estarem juntas nas grandes lutas do povo brasileiro.

Chico Alencar, deputado federal (Pso)



Alessandra Bandeira

“Estamos numa grande luta, na qual todo brasileiro digno deve se empenhar. Nós do Modecon, fundado e dirigido até sua morte por Barbosa Lima Sobrinho, estamos com a AEPET, o Sindipetro-RJ, e inúmeras outras entidades, empenhados na luta contra as licitações de áreas sedimentares do petróleo. “Saúdo a nova diretoria da AEPET, para que nós continuemos nessa campanha, e sem tréguas, para barrarmos as licitações e para impedirmos que se efetive a entrega do nosso petróleo”.

Maria Augusta Tibiriçá Miranda, presidente do Modecon



Alessandra Bandeira

“Hoje mais do que nunca, nesta gestão da AEPET, nós vamos viver momentos muito importantes, pois a política de petróleo está vivendo momentos de grandes definições. Heitor e a AEPET como um todo serão muito importantes para que nós encontremos um caminho nesse momento. Se há alguma coisa que está dando certo no Brasil é a Petrobrás. Eu tenho dito, Heitor, que o que irrita os inimigos do Brasil, é o sucesso da Petrobrás. (...) A Petrobrás faz o que o falta ao Brasil: trabalhar com projetos”.

Raimundo de Oliveira, presidente do Clube de Engenharia



A Petrobrás decide em março qual será o local (Itaguaí ou norte fluminense) para a construção da refinaria petroquímica no Estado do Rio de Janeiro. Em carta ao diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto da Costa, a AEPET manifestou sua satisfação pela decisão de instalar essa unidade, com capacidade de processamento de 150 mil barris/dia, utilizando como matéria-prima o óleo pesado do campo de Marlim, para produção de derivados como GLP, diesel, propano, eteno, benzeno, paraxileno e coque. “É do conhecimento geral que, por ser um segmento industrial estratégico, a petroquímica é, em qualquer parte do mundo, uma das atividades econômicas sempre em foco pelas autoridades governamentais. Sendo uma indústria de base de grande efeito multiplicador, desempenha papel fundamental na economia, seja pelo seu porte, sofisticação tecnológica ou pela diversidade de seus produtos. Nesse entendimento, a Petroquisa deve ser vista como um instrumento da política industrial brasileira”, disse o presidente da AEPET, Heitor Pereira, na correspondência.

Segundo Heitor, é consensual que os termoplásticos têm seus preços livres no mercado interno e boa cotação no mercado internacional. “A despeito

da intensa concorrência externa, os custos de produção nacional deverão ser competitivos, porquanto utilizarão matéria-prima com preço significativamente mais baixo, assegurado pela Petrobrás, controladora do empreendimento”, acrescentou. A AEPET considera que o simples fato de a Petrobrás processar no território nacional maior volume de seu óleo pesado é uma decisão economicamente acertada, porque interromperá perdas hoje situadas entre US\$ 6 e US\$ 8 o barril – decorrentes da variação média de preços entre os óleos pesados (exportado) e o leve (importado) – operação necessária para adequar a oferta de óleos ao perfil de refino, para o abastecimento de combustíveis ao mercado doméstico.

Localização da unidade

A AEPET sugere que, por ocasião dos estudos de viabilidade, a hipótese de localização do empreendimento no norte fluminense considere – além dos parâmetros técnicos e econômicos – os indicadores sociais, em harmonia com o papel histórico da Petrobrás como indutora do desenvolvimento econômico nacional. “A possibilidade de interiorização desses investimentos resultará certamente na melhoria na distri-

buição de renda de uma região pobre e com poucas opções de crescimento”, disse Heitor.

Ele lembrou que no norte fluminense não existe industrialização, exceto em Macaé, onde há instalação de produção e de escoamento de petróleo, assim como infra-estrutura de serviços (aeronáutica, comunicação, hotelaria, transporte de apoio e outros). “A produção de petróleo é finita, descontinuando instalações e desmobilizando pessoas. Foi a compreensão dessa lógica que direcionou a Petrobrás a instalar uma refinaria em Mataripe e a incentivar e a construir o complexo petroquímico de Camaçari. Hoje, ambos garantem continuidade à região, mesmo agora, com o acentuado declínio da produção de petróleo no Recôncavo Baiano”, lembrou Heitor.

Uma das vantagens da instalação ser no município de Itaguaí é o de que a Petrório, subsidiária da Petroquisa, tem uma gleba de terreno no local, nas proximidades do porto de Sepetiba e junto a diversos outros empreendimentos, em fase de projeto de instalação, com destaque para o setor siderúrgico (CSN, Gerdau-Cosigua). A AEPET adverte, no entanto, que a instalação de mais um grande empreendimento industrial agravaria a poluição do ar, considerando especialmente as

grandes instalações industriais da Nuclep localizadas naquela área.

O diretor de Assuntos Jurídicos da AEPET, Sydney Reis, levanta um outro problema em relação ao local da refinaria. A instalação em Itaguaí poderia beneficiar o Grupo Ultra, pois vem ao encontro do desejo da Ultrapar e está ligada a uma relação de poder não explicitada até agora. Segundo ele, consta do planejamento sobre o complexo em Itaguaí, entregue pela Ultrapar à Petrobrás, a garantia de que as cotas de petroquímicos básicos serão distribuídas conforme critérios daquela empresa privada. Já se o pólo for implantado em Campos, a garantia não seria colocada no acordo de acionistas da companhia a ser formada pela estatal e Ultrapar.

Segundo fontes da área petroquímica, a definição da localização do complexo é assunto menor do que a discussão sobre a composição do capital da sociedade, já que a Ultrapar quer ter, no mínimo, 50% das ações. Assim, se a Petrobrás optar pela instalação do complexo da refinaria petroquímica, bem como das indústrias de segunda e terceira geração no norte fluminense, o pré-acordo sobre as participações perderia a validade e a estatal seria majoritária, avaliou Sydney Reis.

FIM DA PPP

Para minorar os prejuízos da Petrobrás com o pagamento de um contrato leonino, firmado no governo Fernando Henrique Cardoso, de compra de energia elétrica, mesmo não havendo geração por parte das termelétricas mercantis, o diretor de Gás e Energia da companhia, Ildo Sauer, vem adquirindo essas unidades. No último dia 2 de fevereiro, a Petrobrás confirmou a assinatura de um memorando de entendimentos para a aquisição da empresa El Paso Rio Claro (Macaé Merchant). O negócio deverá ser fechado até março deste ano. De acordo com nota distribuída pela estatal, o acordo também prevê a suspensão do processo de arbitragem em corte internacional impetrado pela Petrobrás contra a empresa norte-americana, assim como do processo cautelar na Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Os valores vinham sendo depositados pela estatal em juízo. Na época, a parceria foi conhecida na Petrobrás como o modelo de Parceria Público-Privada (PPP) que passaria a existir entre o setor privado e a estatal. Para a AEPET, um modelo perverso que só trouxe prejuízos à estatal.

NOVA MATRIZ

A Petrobrás anunciou que deverá construir um alcoolduto ligando o terminal de Senador Canedo, em Goiás, à Refinaria de Paulínea, em São Paulo, com investimentos previstos em R\$ 500 milhões. O objetivo da empresa é aperfeiçoar sua infra-estrutura de transportes, de forma a dar continuidade ao seu projeto de exportação de álcool. O diretor não descartou investimentos da Petrobrás em usinas para a produção do produto.

COMPANHIA INAUGURA USINA EM SEROPÉDICA

Em dezembro, o diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Ildo Sauer, inaugurou a Usina Barbosa Lima Sobrinho (ex-Eletrobolt) no município de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro. A inauguração representou uma grande iniciativa da empresa que comprou a usina da norte-americana Enron para não continuar com os prejuízos devido à assinatura de um contrato de contingência.

Sauer destacou que as termelétricas mercantis, segundo o modelo implantado por FHC e praticado por Francisco Gross (ex-presidente da Petrobrás), “não atendem aos ditames da história da Petrobrás”. Daí os prejuízos oriundos do Governo FHC, que obrigou a Petrobrás a sustentar economicamente

três termelétricas mercantis, que acumularam perdas acima de R\$ 4 bilhões para a estatal brasileira.

Segundo Sauer, a Usina Barbosa Lima Sobrinho é a terceira etapa da companhia, relacionada com a conversão da estatal brasileira em uma empresa de energia mais diversificada, para além do petróleo, e a serviço da afirmação da soberania e da autodeterminação do povo brasileiro. O homenageado Barbosa Lima Sobrinho faleceu aos 103 anos de idade e teve papel de destaque na defesa do monopólio estatal do petróleo, na luta pela redemocratização e na defesa da liberdade e dos direitos civis, que marcaram a história do Brasil.

O diretor-presidente da

Eletrobolt, Fernando de Oliveira Gutman, em seu discurso, lembrou a trajetória de luta de Barbosa Lima Sobrinho na defesa da soberania nacional e das empresas estatais estratégicas, entre elas a Petrobrás. Ele parabenizou, também, a atuação do Clube de Engenharia, da AEPET e do Modecon, entre outras entidades e personalidades da sociedade brasileira, na defesa da soberania nacional e das empresas estatais. A AEPET foi representada pelo diretor de Comunicações, Fernando Siqueira.

“Essa justa homenagem a Barbosa Lima Sobrinho é no sentido da busca de um modelo de desenvolvimento sem mendicância internacional e sem negociação com a soberania

nacional”, disse Gutman.

O filho de Barbosa Lima Sobrinho, jornalista Fernando Barbosa Lima, representando a família, presente à cerimônia, agradeceu a todos pela homenagem e sublinhou: “A Petrobrás para o meu pai sempre foi o caminho do Brasil. Meu pai dizia: ‘Se a Petrobrás deu certo, o Brasil também tem que dar certo. Nós temos que acreditar nos brasileiros’”.

A Usina Barbosa Lima Sobrinho, composta por 8 turbinas, transforma o gás natural da Bacia de Campos ou importado da Bolívia em energia elétrica, gera aproximadamente 400 MW/h, capaz de suprir uma cidade de mais de três milhões de habitantes.

(José Carlos Moutinho)

ERRAMOS

No texto de capa do boletim nº 318 de dezembro de 2005.

1º Parágrafo: Substituir “.....”, disse que o Brasil só contribuirá com 1% das reservas mundiais, pífiás para o mundo, mas suficientes para a auto-suficiência (efêmera) sonhada pelos brasileiros”.

Nova redação:....., chamou a atenção, entre outras, para a necessidade da exploração adequada das bacias paleozóicas brasileiras do Paraná, Parnaíba e Amazonas, classificadas no Grupo I de Klemme, i.e., aquelas que contribuem com menos de 1% no contes-to mundial na produção de petróleo, para se verificar o quanto representa este menos de 1% em termos de Brasil. Estas três bacias ocupam cerca de 2,5 milhões de km², praticamente, a metade da área sedimentar brasileira.

2. corrigir: 235 milhões de anos no Jurássico Superior, por 135 milhões de anos

3. corrigir : aptiano por Aptiano.

4. corrigir :10 bilhões de barris de petróleo por 11,5 bilhões de barris de petróleo.

No boletim nº 319
A data é janeiro de 2006 e não 2005 como saiu publicado.

O nome do diretor de Patrimônio é **Ruy Gesteira** e não Nogueira.

Continuação da pág. 1

A seguir, apresentou o cálculo das perdas que a Petros vem tendo com os títulos NTN-B, que a Petrobrás usou para quitar débitos dos pré-70, incentivo a migração e fechamento (ilegal) do Plano Petros: R\$ 1,6 bilhão. Se o valor fosse aplicado em títulos do governo (Taxa Selic), ao invés dos títulos NTN-B (IPCA + 6%), renderia R\$ 1,6 bi a mais (com o custo de oportunidade). Além disso, lembrou Siqueira, o balanço de 2004 da Petros já mostrou uma perda de R\$ 1,120 bi pela não correção atuarial do débito dos pré-70 que a Petros vem pagando, mas que a obrigação é da Petrobrás (R\$ 5,7 bilhões dos R\$ 8 bi que os títulos teriam quitado).

Siqueira mostrou ainda as manipulações usadas nas premissas para chegar ao “déficit técnico” com o objetivo de pressionar os participantes a aceitarem um novo plano: a mudança da tábua da mortalidade para uma altamente conservadora (só 3 em 300 fundos brasileiros a adotam) levando a R\$ 2,2 bi de “déficit”. O atuário Clóvis Marcolin condenou, com veemência, essa manipulação. Por esse e outros posicionamentos coerentes, foi demitido da FUP. Se essa tábua fosse correta, teria que ser também aplicada aos débitos da Petrobrás com a Petros (R\$ 5,7 bi dos pré-70). Acabou não sendo e desvirtuou o resultado. Outras manipulações foram os R\$ 700 milhões devidos à mudança do cálculo da inflação de 11% para 5%. O índice verificado nos últimos quatro anos foi de 9%, não tendo a Petros corrigido o cálculo. A mudança do teto do INSS é outra manipulação. Só computaram o que a Petros vai deixar de receber. Não computaram o que ela vai deixar de pagar. E assim por diante.

Siqueira mostrou ainda que o rendimento da Petros está muito acima do previsto e que a meta atuarial vem sendo superada sucessivamente. Ele mos-

PETROS EM DEBATE

trou ainda que não existe no mundo qualquer projeto melhor do que o Plano Petros. E que o próprio Plano Petros 2, elaborado pela Globalprev, tinha sido execrado pela STEA. Portanto,

do foi um impacto negativo de R\$ 200 milhões nas contas da Petros. Siqueira resolveu investigar e descobriu que foram incluídos 980 petroleiros que estão fora da Petros e prestes a

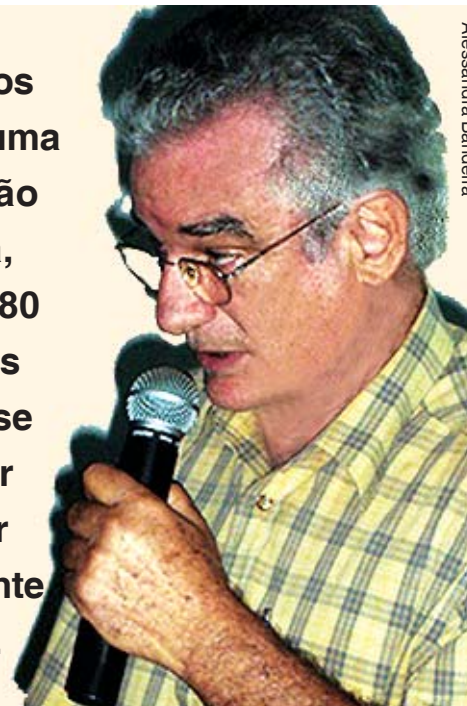
ladas e quitadas e se as premissas atuariais forem honestas, a Petros tem um superávit de cerca de R\$ 5 bilhões”, garantiu.

No balanço de 2005, o famigerado “déficit” caiu de R\$ 5,2 para R\$ 4,5 bi (não houve outra manipulação de premissas), mostrando a realidade: Não há déficit, sequer técnico.

Durante o debate, muitos reclamaram da política de divisão patrocinada por entidades ligadas ao PT. Recentemente a FUP convidou a Associação dos Aposentados da Bahia e a Ambep para fazerem parte do grupo de discussão sobre o Plano Petros, mas não convidou a Fenaspe, a Federação de associações que representam 60 mil petroleiros, entre ativos e aposentados. A Ambep, ao saber da manipulação, decidiu não participar depois que soube que a Fenaspe não havia sido chamada a participar, mostrando que as associações de aposentados estão unidas. A percepção da categoria é que o objetivo é fracionar a unidade das associações de aposentados e dos petroleiros em geral. Representantes da Fenaspe e afiliadas, sindicatos e entidades representativas das oposições sindicais dos trabalhadores petroleiros e petroquímicos informaram que no I Debate Sobre o Plano Petros, Geopolítica do Petróleo e Luta pela Isonomia Contra as Discriminações, declararam contrários às medidas que ponham em risco a manutenção do Plano Petros. As reivindicações básicas são: ingresso imediato de todos os empregados no Plano Petros, o pagamento das dívidas das patrocinadoras, solução das pendências históricas do plano, como as cláusulas 33 e 45, fim da exigência do limite de idade para o grupo 78/79, ingresso dos pré-existentes, pré-70 e correção de cálculo das pensões e benefícios incorretos, como das pensionistas.

FALÁCIAS DA PETROS

No caso dos novos, em uma manipulação grosseira, puseram 980 petroleiros prestes a se aposentar para criar artificialmente o déficit .



Alessandra Bandeira

não existe qualquer plano ou projeto melhor que o Plano Petros. **Ele lembrou que o plano de benefício é o pilar central da política de Recursos Humanos (RH) da Petrobrás e que mudá-lo significaria pôr em risco a sobrevivência da companhia e facilitar a sua privatização.** Segundo Siqueira, quem está pressionando pela mudança são os acionistas em Wall Street que compraram os títulos na Era FHC e não querem compromissos com os participantes, além do Sistema Financeiro Internacional que quer o plano tipo CD para captar os recursos e enviá-los para os EUA onde o rombo dos planos CD (Ford, Enron, GM, Worldcom) beira a US\$ 300 bilhões.

Outra manipulação grosseira: Siqueira citou o caso de um estudo solicitado pelo Conselho Fiscal sobre o impacto da entrada dos novos no Plano Petros. O resultado apresenta-

se aposentar, criando artificialmente o déficit. Siqueira criticou ainda a montagem do efeito “Hood Robin” na qual a direção da Petrobrás e da Petros diziam que trabalhadores que ganham menos subsidiam àqueles que recebem maior salário. Ele mostrou uma tabela com faixa salarial de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil e comparou com a tabela de contribuição do Regulamento do Plano de Benefícios da Petros (RPB), concluindo que a percentagem da contribuição dos participantes é crescente variando de 1,96% até 11,72%, o que demonstra que quem ganha menos contribui percentualmente com menos, desmentindo a versão oficial da Petros, Petrobrás e FUP.

“Problemas todos os fundos de previdência terão. Mas não existe no mundo nenhum tão bem elaborado como o da Petros. Se as dívidas da Petrobrás forem devidamente calcu-

PLANO PETROS PARA TODOS

